



Áreas Protegidas

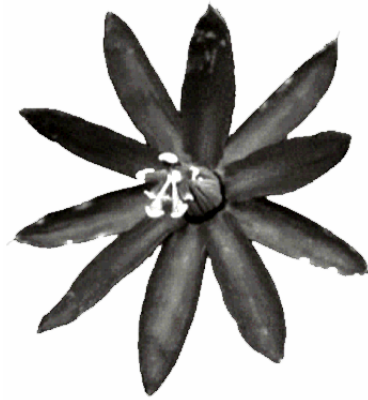
Conservação no Âmbito do Cone Sul

Alex Bager
Editor

ÁREAS PROTEGIDAS

CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL

2003



ÁREAS PROTEGIDAS

CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL

A678 Áreas Protegidas: Conservação no Âmbito do Cone Sul /
[editado por] Alex Bager. - Pelotas: edição do editor, 2003.
223 p.

ISBN: 85-903770-1-6

1. Meio ambiente. 2. Conservação da Natureza. 3. Cone
Sul. I. Bager, Alex (ed.)

CDD: 577.098

Ficha Catalográfica: Cristiane de Freitas Chim - CRB 10/1233

Direitos reservados à
Alex Bager
Rua Félix da Cunha, 412 – 96010 000
Pelotas – RS – Brasil
Tel.: (53) 223 3511 - Email: abager@uol.com.br



ÁREAS PROTEGIDAS

CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL

Editor
Alex Bager

APRESENTAÇÃO

O **Áreas Protegidas** surge como um livro, mas com algumas características de periódico. Ele foi concebido como parte de um processo maior, chamado de Simpósio de Áreas Protegidas, que realiza-se a cada dois anos e que, a partir de 2003, pretende editar um livro a cada evento.

Almejamos que esse seja um meio de exposição, reflexão e socialização do conhecimento sobre Áreas Protegidas, em seu sentido mais abrangente. Acreditamos ser necessário estender as discussões além das Unidades de Conservação, e abordar também a conservação de reservas legais, áreas de preservação permanente, entre outras, buscando um processo de integração propicie um contexto regional de preservação.

O leitor perceberá que reunimos profissionais das mais variadas áreas e formações, alguns com visões congruentes quanto às suas diretrizes de conservação, outros com propostas antagônicas às anteriores. Mas, antes de tudo, tivemos a satisfação de trabalhar com alguns dos mais conceituados atores no contexto da implantação, manejo e gestão de áreas protegidas do Brasil, e, de alguns países do Cone Sul. Buscamos mesclar a apresentação de conceitos com as suas aplicações.

Tendo em vista a grande quantidade de trabalhos científicos submetidos ao Simpósio de Áreas Protegidas, pudemos selecionar dois para serem incorporados como capítulos do **Áreas Protegidas**. Pretendemos tornar essa prática constante, onde um ou mais trabalhos poderão ser selecionados como capítulos dos livros futuros.

Esperamos que o **Áreas Protegidas** cumpra o objetivo a que foi idealizado, contribua com os estudos de biologia da conservação e propicie a difusão das práticas empregadas em manejo de áreas protegidas.

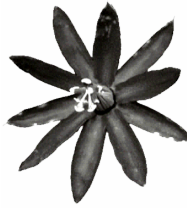
Alex Bager
Editor

UCPEL
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

FUNDAÇÃO O Boticário

DE PROTEÇÃO À NATUREZA


ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA



SUMÁRIO

Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil

Marc J. Dourojeanni

Página.- 1

Reserva de Biosfera Bañados del Este, Uruguay.- Enfoque Ecosistemico

Francisco D. Rilla Manta

Página.- 21

El sistema nacional de áreas protegidas de Chile. Aspectos esenciales, gestión y desafíos

Pedro Araya

Página.- 41

A importância da proteção de terras privadas na conservação da biodiversidade brasileira

Verônica Theulen

Página.- 55

Corredores ecológicos e atividades agropecuárias: A conservação em áreas particulares

Rodiney de A. Mauro; Marta P. da Silva; Jean P. Delorme & José C. C. dos Santos

Página.- 73

Percepções do uso público em UCs de proteção integral

Teresa C. Magro

Página.- 87

Tendências socioambientais na gestão de áreas protegidas

Fernando P. Scardua

Página.- 99

Alternativas de expansão e desenvolvimento econômico em zonas de amortecimento de unidades de conservação

Alex N. Strey

Página.- 107

Aspectos conceituais para a gestão biorregional

José Salatiel R. Pires; José E. dos Santos & Adriana M. Z. C. Rodrigues Pires

Página.- 117

Abordagem biorregional da paisagem da Lagoa da Conceição: Uma proposta de corredores ecológicos

Adriana C. Dias; Maíke H. de Queiroz; Paul R. M. Miller & Antonio A. A.

Uberti

Página.- 133

Manejo de fauna em áreas de conservação

Rodiney de A. Mauro; José C. C. dos Santos; Marta P. da Silva & Jean P.

Delorme

Página.- 147

Repensando as medidas mitigadoras impostas aos empreendimentos viários associados a unidades de conservação – Um estudo de caso

Alex Bager

Página.- 159

Efeitos de borda em paisagens fragmentadas

Efraim Rodrigues

Página.- 173

Contaminação biológica: conceitos, contexto e prática

Sílvia R. Ziller

Página.- 185

Gestão ambiental no sistema de dunas costeiras – Área de preservação permanente, do Balneário Cassino-RS

Renato V. Carvalho; Kleber G. da Silva; Paulo R. de C. Beckenkamp & Leonardo T. Messias

Página.- 199



CAPÍTULO 5

CORREDORES ECOLÓGICOS E ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS: A CONSERVAÇÃO EM ÁREAS PARTICULARES

RODINEY DE A. MAURO¹; MARTA P. DA SILVA; JEAN P. DELORME &
JOSÉ C. C. DOS SANTOS

¹ Embrapa Gado de Corte, BR 262 km 4, Campo Grande - MS, CEP 79002-970,
E-mail: rodiney@cnpqc.embrapa.br



RESUMO

A conservação efetiva do ambiente natural em áreas privadas só irá realmente acontecer com a aplicação de leis como por exemplo, o Ato Declaratório Ambiental e implementação de novas modalidades de gestão ambiental como o Parque Natural Regional. Para isso, a conscientização e a participação do proprietário rural é fundamental, a fim de materializar ações que realmente irão garantir a manutenção dos ecossistemas e dos recursos naturais remanescentes, assim como garantir a sustentabilidade da produção de grãos e carne para exportação. A unificação de técnicas modernas de conservação de solos e recuperação de pastagens, além da manutenção das áreas florestais para conservação ambiental e seu correto manejo, tornarão a pecuária sustentável, auxiliando a manutenção da biodiversidade em nosso país.

ABSTRACT

The effective conservation of the environment in private areas will only happen with the application of laws as "Ato Declaratório Ambiental" and implementation of new modalities of environmental administration as the "Parque Natural Regional". For that, the understanding and the landowner's participation is fundamental, to promote actions that will really guarantee the maintenance of the ecosystems and remaining natural resources, as well as guaranteeing the sustainability of the production of grains and meat for export. The unification of modern techniques of conservation of soils and recovery of pastures, and maintenance of the forest areas for environmental conservation or his correct management they will turn the sustainable livestock aiding in the maintenance of the biodiversity in our country.

INTRODUÇÃO

Segundo Viana & Pinheiro (1998), a conservação da biodiversidade representava um dos maiores desafios no final do século passado, em função do elevado nível de perturbações antrópicas dos ecossistemas naturais, sendo a fragmentação uma das principais. Na verdade,

acreditamos que este desafio é bem atual e nos acompanhará por várias décadas no século XXI.

As atividades agropecuárias brasileiras sempre foram consideradas agressivas ao ambiente natural, e a pecuária especificamente é vista pelas populações urbanas como atividade ainda muito extrativista. O grande público brasileiro quase não recebe informações sobre o que acontece em nosso meio rural, ou, quando recebe as informações, chegam de forma distorcida como acontece hoje com as disputas entre movimentos sociais dos sem-terra e fazendeiros. Ambos os lados pecam pela exacerbação das propagandas negativas do adversário. Mas o nosso tema refere-se à parceria para conservação ambiental com os proprietários de terras no Brasil, assentados ou não.

A pecuária bovina de corte tem sido, às vezes, caracterizada como uma atividade não conservacionista, pouco eficiente na utilização de áreas e alimentos e, ainda, competidora com humanos e/ou com espécies animais, como suínos e aves, considerados mais eficientes na utilização de grãos.

Realmente, a degradação das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária do Brasil na atualidade. Estima-se que 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas no Brasil Central, que respondem por 55% da produção de carne nacional, encontram-se em algum estágio de degradação. Esse problema afeta diretamente a sustentabilidade da pecuária como um todo (Macedo *et al.* 2000) e pressiona a abertura de novas áreas como ocorre na Amazônia.

De acordo com Euclides Filho (1997), a atividade pecuária tem sido responsabilizada por problemas que, possivelmente, sejam resultantes da inabilidade e/ou inadequação das tecnologias, práticas e, principalmente, de manejo inadequado do complexo solo-planta-animal que, considerado como um sistema, deve, muitas vezes, ser visto como uma combinação de três subsistemas que se interagem causando e recebendo impactos.

No que se refere à manutenção de áreas naturais originais as atividades pecuárias, devido às características intrínsecas para a sua manutenção, são consideradas menos impactantes que a agricultura atualmente praticada no Brasil com o propósito de exportação. Segundo o Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Gilnei Viana, a expansão da agricultura na Amazônia Legal é quase o dobro do que no restante do País. Na área denominada Arco do



Desflorestamento concentram-se 249 municípios, que apresentam as maiores taxas de desmatamento da Amazônia Legal. A área de agricultura é estimada em 1,1 milhão de hectares, sendo 700 mil ocupados com plantações de soja. Tais áreas, originalmente florestas, foram transformadas por madeiras e/ou empresas pecuárias. Atualmente, a maior parte delas está sendo ocupada pela agricultura, fragmentando em muito a floresta ou não deixando vestígios desta.

Os conceitos ecológicos estão cada vez mais conhecidos e divulgados pela mídia. Muitos deles foram incorporados pelos órgãos responsáveis pela conservação ambiental nos diversos estados brasileiros, assim como pelo órgão maior, o Ministério do Meio Ambiente.

Conceitos como biodiversidade, sucessão ecológica, sustentabilidade, fragmentos florestais, corredores ecológicos, estão nas pautas de discussões nas diversas reuniões de trabalho nos ministérios, assim como outros mais abrangentes, como desenvolvimento sustentado.

Corredores ecológicos, segundo Hay (1991), são elementos de paisagem projetados com o propósito de conectar espaços abertos naturais ou feitos pelo homem para formar áreas protegidas obedecendo a aspectos regionais e ecológicos, bem como aspectos culturais e recreacionais quando pertinentes.

Uma das principais funções dos corredores ecológicos é assegurar a conectividade de áreas naturais e o fluxo gênico da biodiversidade, garantindo o aumento e/ou manutenção das populações locais através da reprodução com indivíduos não consangüíneos e, por conseguinte, evitando extinções.

A criação de corredores ecológicos, por si só, já aumenta o número e extensão de áreas protegidas. Através do aumento da conectividade de habitats e áreas naturais, há um atenuante para os efeitos danosos oriundos da fragmentação de habitat como por exemplo, populações pequenas vulneráveis à caça, à predação e epidemias.

Fluxos ecológicos podem ser reduzidos ou favorecidos pelos elementos existentes na paisagem. Corredores ecológicos e pontos de parada (*stepping stones*) são estruturas que facilitam a conectividade dos fragmentos. Através do estudo da ecologia da paisagem, podemos utilizar os conceitos de fragmentação, conectividade, barreira, e corredor a fim de definirmos estratégias para a criação de redes de conservação.

Barreiras podem ser naturais, como montanhas ou grandes rios, ou podem ser resultados da influência humana - desmatamentos, abertura de estradas, etc. As barreiras produzidas pelo homem atuam fortemente na interrupção de fluxos ecológicos devido ao isolamento de habitats através da criação de muitos fragmentos na paisagem.

A conectividade é um termo geral que incorpora conceito de corredores e barreiras, e indica como os fluxos ecológicos respondem a essa estrutura de paisagem (Noss 1993). A afirmação de que um tipo de elemento paisagístico é uma barreira ou um corredor deriva muito da sua estrutura, assim como das características de fluxos ecológicos em pauta. Depende também do animal em foco: o seu tamanho, comportamento e a sua mobilidade (Taylor *et al.* 1993).

A conectividade encontra-se sujeita à estrutura espacial da paisagem e da permeabilidade dos diferentes componentes que a compõem. As áreas centrais ("core") constituem centros de dispersão. A conexão entre duas áreas centrais depende principalmente de três fatores da paisagem: a permeabilidade do mosaico, a existência de corredores ecológicos e a existência de pontos de parada (Bennet 1998).

Um ponto importante a ressaltar é que a conectividade facilita a capacidade de resposta de paisagens e espécies às estocasticidades políticas, econômicas e climáticas.

Um exemplo de Projeto de pesquisa que avalia a importância de corredores é o Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF). Iniciado em 1979, é um projeto de cooperação científica entre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Smithsonian Institution, dos EUA. O PDBFF é um dos únicos estudos de longo prazo a avaliar os impactos da atividade humana na Amazônia. Esse projeto é referência em estudos sobre fragmentação florestal e serve de modelo para estudos similares em outras regiões tropicais.

Podem ser identificadas diversas estratégias para o aumento da conectividade entre os fragmentos, destacando-se o estabelecimento de corredores em matas ciliares e encostas, e o aumento da porosidade da matriz. A escolha da estratégia mais apropriada para um determinado fragmento sujeita-se a uma análise de custo-benefício caso a caso. De maneira geral, sujere-se o estímulo ao estabelecimento de corredores em matas ciliares e encostas uma vez que isso já é previsto por lei. Recomenda-se a identificação de oportunidade de estabelecimento de corredores a



partir da regeneração natural de espécies arbóreas. Quanto mais largos os corredores, maior será o grupo de taxa beneficiado. O aumento da porosidade da matriz deve aumentar a diversidade de unidades de manejo e a diversidade dentro das unidades de manejo. Neste caso, a disseminação de sistemas agroflorestais representa um efeito favorável para diminuir o isolamento de fragmentos florestais (Viana & Pinheiro 1998).

Já existem na legislação brasileira formas de adesão voluntária de proprietários que queiram colaborar com a conservação ambiental e, ao mesmo tempo, obter descontos no Imposto Territorial Rural (ITR). Essa iniciativa tem um nome: é o “Ato Declaratório Ambiental”, disponível nas páginas do IBAMA. Este ato é um instrumento legal que contribui para a conservação ambiental. Também pode se tornar um aliado dos proprietários rurais, permitindo a isenção tributária para aqueles que conservam florestas em áreas de delicado equilíbrio, de extrema necessidade, como ao redor de nascentes.

Todos os proprietários que são obrigados a pagar o ITR são candidatos a registrarem suas áreas através do Ato Declaratório Ambiental. As propriedades devem declarar as áreas de preservação permanente, descritas a seguir:

- Ao longo dos rios ou de qualquer curso de água, existem faixas obrigatórias, também ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais.
- Nascentes e nos chamados olhos de água qualquer que seja sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 metros de largura.
- Áreas no topo de morros, montes, montanhas e serras, além de encostas com declividade superior a 45 graus equivalente a 100 % na linha de maior declive.
- Áreas de restingas, fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.
- Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas , a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 metros em projeção horizontal.
- Áreas em altitudes superiores a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação.

As áreas particulares podem ser classificadas conforme as seguintes categorias: área de reserva legal; área de reserva particular do patrimônio natural; área de declarado interesse ecológico; área com plano de manejo florestal; áreas com reflorestamento de essências nativas e/ou exóticas.

Essas áreas têm as finalidades de, individualmente ou em conjunto, atenuar a erosão das terras; fixar dunas; formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares; proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico; asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção; manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas; assegurar condições de bem-estar público.

O Brasil possui um amplo sistema de unidades de conservação revisado periodicamente pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). A maior parte de nossas Unidades de Conservação tem por base o modelo americano, e, em sua maioria, exclui atividades econômicas no seu território. Uma nova abordagem na questão da conservação ambiental é a “modalidade de área de conservação”. O estado de Mato Grosso do Sul, em uma iniciativa inovadora, está buscando subsídios para implementar novas categorias de unidades de conservação, como estrada parque, rio cênico, e, também, uma nova modalidade de gestão ambiental, que é o parque natural regional, sendo este baseado na experiência francesa.

A França possui regiões com características naturais próprias devido a uma ocupação territorial densa (110 hab/km²), bem diferenciada de uma região para outra.

Diversidade do meio e diversidade de formas de agricultura e pecuária contribuíram para criar, ao longo dos séculos, um mosaico de paisagens, meios naturais e culturais, no que se refere à interação entre os homens e o ambiente.

Entre as décadas de 50 e 60, um duplo fenômeno causou um desequilíbrio nessa relação: a industrialização rápida no pós-guerra e a mecanização do trabalho rural, somado ao recrutamento da mão-de-obra pouca especializada para o desenvolvimento das indústrias, alimentaram o êxodo rural.

O aumento da população urbana e a relativa degradação das condições de vida geraram um fluxo sazonal das cidades em direção ao campo na busca de espaços recreativos e preservados. Esse duplo



fenômeno transformou radicalmente a proporção da população rural em relação à urbana e às atribuições do campo que, de espaço exclusivamente produtivo, estava se transformando em espaço recreativo pelos cidadãos.

O abandono das atividades agrícolas, somado às projeções e às idealizações do campo pelos cidadãos urbanos, estava gerando uma transformação rápida das paisagens, da arquitetura e a própria mudança na constituição da população rural, provocando uma perda acelerada do modelo de referência das populações tradicionais.

Esse sentimento de perda de um “universo especial” e importante para a população rural provocou uma reação. Com o apoio do governo federal, criou-se uma nova categoria de unidade de conservação, associando o desenvolvimento local sustentável e preservação do meio ambiente e das heranças culturais.

No final de 1967, surge o conceito de parques regionais, na França, com as seguintes missões:

- a proteção do patrimônio natural e cultural;
- o desenvolvimento sócio-econômico;
- a acolhida e informação aos visitantes;
- a experimentação de metodologia inovadora.

Desde 1968 até 2003, foram criados 40 parques, representando 11% do território francês, com uma população de 4,1 milhões de habitantes, e contribuindo para a preservação da diversidade natural, paisagística e natural daquele país.

Em 1996, surgiu, em Mato Grosso do Sul uma proposta para experimentar a abordagem dos parques naturais regionais franceses, idealizando um amplo projeto de proteção e valorização sustentável numa parte do Pantanal.

Amplamente embasado no conceito do terceiro setor, o projeto construiu uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada a fim de planejar e implementar um projeto que contemplasse todos os diferentes aspectos do desenvolvimento sustentável.

A fase preparatória, desenvolvida ao longo de quatro anos, permitiu a cada um dos participantes que entendesse o processo global, identificasse o seu papel específico e tivesse a possibilidade de escolha para participar

ou não da constituição territorial do parque, que está sendo exclusivamente constituído de propriedades privadas.

Atualmente, o Parque Regional do Pantanal (PRP) é gerenciado por uma OSCIP, chamada Instituto do Parque do Pantanal, cujo conselho de administração inclui representantes das organizações regionais da planície pantaneira, representantes do estado e, futuramente, representantes dos municípios interessados.

O Instituto é responsável pela implementação dos programas e ações no plano plurianual e a apresentação dos relatórios físico-financeiros.

As ações estão sendo desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar de 30 pessoas, incluindo veterinários, biólogos, engenheiros agrônomos, pesquisadores, especialistas em geo-processamento, gestão administrativa que estão sendo apoiados por um conselho científico composto por várias universidades e centros de pesquisas.

Os recursos financeiros são assegurados através de diferentes fontes. Um termo de parceria junto ao estado do Mato Grosso do Sul, financiamentos nacionais e internacionais de projetos específicos; gerenciamento administrativo de projetos para terceiros; e um sistema de selo de qualidade e de patente de utilização: a marca Parque Regional do Pantanal.

As áreas de atuação do PRP abrangem:

- a organização completa da cadeia produtiva do gado bovino com o selo de qualidade, “o vitelo orgânico do Parque Regional do Pantanal”;
- a valorização da biodiversidade através do desenvolvimento de um turismo sustentável e de experimentos de manejo sustentável de algumas espécies, como o porco monteiro, a capivara, o cateto, a ema e o jacaré;
- a melhoria da qualidade de vida das populações locais através do desenvolvimento da educação, implementação treinamento profissionalizante de guias de eco-turismo, da idealização de um sistema de saúde;
- o resgate da cultura pantaneira;
- a melhoria do conhecimento da biodiversidade do Pantanal.



Esses diferentes programas e ações compõem um plano plurianual de cinco anos, ao qual os proprietários aderem de maneira voluntária através da assinatura de um contrato junto ao IPP.

O objetivo maior desse plano é o de orientar os produtores a uma diversificação das atividades econômicas e para que encarem a produção de uma maneira diferente, deixando de lado a clássica intensificação do sistema produtivo para orientar-se numa produção diferenciada de pouco volume, com uma estratégia de qualidade e de controle da comercialização, valorizando e agregando valores aos produtos.

Na estratégia do Parque Regional do Pantanal, o sistema de produção de baixo impacto faz parte da imagem do produto que está sendo comercializado com o selo do Parque, valorizando o produtor pelo fato de preservar o meio ambiente.

De uma extensão máxima de 5 milhões de hectares – um terço de todo o Pantanal do Mato Grosso do Sul – o PRP abrange hoje uma superfície de 1.250.000 hectares incorporados através do somatório de 156 propriedades que já aderiram a ele.

Este espaço físico soma-se ao esforço nacional de preservação do ambiente natural economizando recursos ligados à criação e à gestão de unidades de conservação, transformando os proprietários em auxiliares das políticas estaduais e federais de proteção da biodiversidade.

Tais iniciativas de estabelecimento de responsabilidades com a conservação em áreas particulares, estaduais e federais, podem contribuir para um empreendimento maior, que é a Gestão Biorregional. Esta tem por objetivo procurar meios para equilibrar as necessidades de sustento de uma determinada comunidade com o potencial de recursos naturais do local em questão.

A Gestão Biorregional conta também com o projeto “Corredores Ecológicos”, de responsabilidade da diretoria e da coordenação geral de Ecossistemas do Ibama-sede, e tem por finalidade:

- fortalecer a gestão participativa visando o planejamento, o monitoramento e o controle das ações para conservar a diversidade biológica;

- aumentar a representatividade das áreas protegidas nos corredores ecológicos, expandindo as unidades de conservação;
- priorizar a conectividade das áreas protegidas;
- reduzir a pressão do desmatamento em áreas conservadas; e,
- contribuir para a proteção e o uso sustentável da diversidade biológica brasileira.

O Brasil, juntamente com 170 nações, é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que tem por objetivo a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos biológicos e, na repartição eqüitativa dos benefícios desse uso, definir a biodiversidade na sua totalidade, desde a variabilidade de organismos vivos até a genética de espécies em nível de ecossistemas, e apresentar uma série de ações e instrumentos para a implementação da agenda global de biodiversidade.

Atualmente, consideramos duas principais estratégias de conservação da biodiversidade: *in situ*, quando o estoque é conservado mediante a proteção do ecossistema onde o organismo vive, e *ex situ*, que pode fazer parte do organismo, por exemplo, semente, sêmen, ou qualquer outro elemento a partir do qual será possível a reprodução do organismo preservado, ou o organismo inteiro quando estes são mantidos fora do seu meio natural. Esses ambientes podem ser plantações, jardins botânicos, zoológicos, aquários, prédios ou coleções para cultivo. Das estratégias mencionadas, a preservação *in situ* é a preferida, pois também são conservados os ecossistemas e as paisagens, e, conseqüentemente, alcançados outros objetivos conservacionistas.

Desse modo, o sucesso na conservação da biodiversidade depende, principalmente, do estabelecimento de estratégias e ações coordenadas e harmônicas, estruturadas em um sistema de áreas protegidas, privadas e públicas.

A CDB considera que as áreas protegidas desempenham o papel principal, e que, no Brasil, é implementado pela Estratégia Nacional de Biodiversidade. Baseando-se nessa afirmativa julga-se que esta não pode nem deve subestimar a contribuição das propriedades particulares nesse esforço global para a manutenção da biodiversidade.



CONCLUSÕES

A recuperação de áreas degradadas para produção agropecuária e a manutenção da vegetação remanescente são metas comuns da sociedade, com o objetivo de alterar a antiga filosofia que rege a produção agropecuária no Brasil. Muitos avanços foram alcançados, principalmente através da contribuição de áreas privadas num esforço conservacionista. Isso se deve à insustentabilidade dos modelos tradicionais de produção, que tem levado os produtores a buscar tecnologias para o aumento ou mesmo o resgate da produtividade. A mudança de cenário, devido a evidência de que a agropecuária tradicional já não é mais sustentável tanto econômica como ambientalmente, cria um espaço favorável para os governos federais, estaduais, municipais e ONGs trabalharem na questão de uso sustentável da terra. As diferentes formas apresentadas neste trabalho, que ressalta a aplicação de técnicas modernas de manejo animal e pastagens até a recuperação de matas ciliares, proteção de nascentes, e manutenção de corredores entre fragmentos de vegetação nativa, permitirá alcançar-se um o objetivo maior, que é a manutenção da biodiversidade em nosso país.

Acredita-se que temos, hoje, todos os elementos para provocar uma mudança no uso da terra no Brasil. Os proprietários rurais pretendem reverter o quadro de degradação de suas terras e de participar da cadeia produtiva de carne e grãos. Especificamente, a produção pecuária com sustentabilidade econômico-ambiental e bem-estar animal será uma grande aliada da conservação ambiental no Brasil. Essa certeza advém da evolução natural da consciência ambiental e visão comercial dos produtores de grãos e carne do nosso país. Os produtores, ao investirem na conservação, estarão garantindo mercados internacionais. Desse modo, os países com maiores restrições não tarifárias só poderão estabelecer barreiras comerciais baseadas no protecionismo puro e simples, e não mais alegar a defesa da conservação ambiental dos países emergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bennett, A. F. 1999. Linkages in the landscape: the role of corridors and connectivity in wildlife conservation., Gland, Switzerland and Cambridge

- IUCN The World Conservation Union, Cambridge. Chapter 4: **Connectivity and Wildlife Conservation**; p. 49-65.
- Euclides Filho, K. 1997. **A Pecuária de corte no Brasil: novos horizontes, novos desafios**. Campo Grande: EMBRAPA-CNPGC, 31p. (EMBRAPA-CNPGC. Documentos, 69).
- Hay, K. 1991. Greenways and Biodiversity, *In: Landscape Linkages and Biodiversity*, Ed. by W. E. Hudson, Island Press, Wash. D.C. p. 162-175.
- Macedo, M. C. M.; Kichel, A. N. & Zimmer, A. H. 2000. **Degradação e alternativas de recuperação de pastagens**. Campo Grande: EMBRAPA-CNPGC, 14p. (EMBRAPA-CNPGC. Comunicado Técnico, 62).
- Noss, R. F. 1991. Landscape connectivity: different functions at different scales. *In: W.E. Hudson (Ed.) Landscape linkages and biodiversity*. Island Press, Washington D.C., p.27-39.
- Taylor, P.; Fahrig, L.; Henein, K. & Merriam, G. 1993. Connectivity is a vital element of landscape structure. *Oikos*, v. 68, n 3, p. 571-573.
- Viana, V. M. & Pinheiro, L. A. F. V. 1998. **Conservação da biodiversidade em fragmentos florestais**. ESALQ/USP, IPEF. Série Técnica, v. 12, n. 32, p. 25-42.